

CAPÍTULO XXII - movimentos revolucionários e reacção nos anos de 90 e 80

Enviado por Jorge Almeida
18-Out-2006
Actualizado em 29-Jan-2007

MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS E REACÇÃO NOS ANOS DE 90 E 80. A REACÇÃO DE 90. O CASO DE RUTÍLIO RUFO. Após a morte de Saturnino e de Glaucia, Metelo Numídico regressa triunfalmente do exílio. Mário havia-se comprometido com a sua conduta. Os democráticos não lhe perdoavam a traição e os optimates não o aceitavam no seu seio. Parte então para a Ásia, a pretexto de cumprir uma promessa que fizera aquando da guerra com os cimbrós e os teutões (a de render homenagem à “grande mãe dos deuses”). O período de reacção do senado e dos aristocratas foi de curta duração. Celebrada em face do perigo comum, a aliança entre senadores e cavaleiros desfez-se mal aquele se esvaneceu. O motivo da discórdia foi constituído, uma vez mais, pela questão das comissões judiciais, a quaestio de repetundis em especial. Desde a lei de Glaucia de 104, com os equites a controlarem aquele tribunal, multiplicavam-se nas províncias os abusos de usurários e publicanos. Ao mesmo tempo, os cavaleiros aproveitavam o seu monopólio sobre os tribunais de investigação para “acertar contas” com os magistrados provinciais que não “colaborassem”. Por volta do ano de 90, Públio Rútílio Rufo, legado do governador da Ásia, é levado ante tribunal sob a acusação de concussão. Rufo era um aristocrata honesto, que perseguiu severamente os abusos dos publicanos romanos na sua província. Por haverem cometido crimes particularmente graves, chegou a condenar à morte alguns dos agentes dos arrecadadores de impostos. A acusação contra Rufo era absurda, mas o tribunal dos equites condenou-o ao desterro e confiscou-lhe todos os seus bens, a título de indemnização pelos alegados danos que causara aos “habitantes” da província. Curiosamente, Rufo exilou-se na província que o acusavam de haver “saqueado”, sendo aí recebido com todas as honras.

MARCO LÍVIO DRUSO O JOVEM. M. Lívio Druso, eleito tribuno da plebe de 91, era filho do Druso que se opusera a Caio Graco. Herdeiro de uma enorme fortuna, pertencia, por nascimento, aos círculos da alta nobreza romana. Apesar de ser um homem de ideias de direita e, acima de tudo, um “guardião” do regime senatorial, distinguia-se, entre a aristocracia corrompida, pela sua honradez e inteligência. Primeiramente propôs-se restituir os tribunais aos senadores. Depois, compreendendo que sem o apoio da massa popular nunca alcançaria o seu objectivo, elabora um eclético programa, procurando conciliar as velhas aspirações democráticas com a entrega dos tribunais aos optimates. Na versão de Apiano (I, 35), Druso tentou resolver o problema dos tribunais através de um compromisso. As comissões judiciais voltariam para as mãos do senado, que admitiria 300 novos membros de entre os equites mais notáveis. Seria também criada uma comissão penal especial para julgar os crimes de concussão. Tentando atrair a plebe cidadina, completamente indiferente à questão judicial, Druso elabora uma rogatio a restabelecer as distribuições de trigo. Apresenta também um projecto de lei agrária, prevendo a fundação de colónias em terras do ager publicus na Campânia e na Sicília. Para cobrir os custos das distribuições de trigo e do programa de colonização, propunha uma curiosa medida: a emissão de um denário de cobre com liga de prata por cada oito de prata maciça. Druso estabeleceu ainda contactos com os dirigentes itálicos, tendo-lhes prometido ajuda na questão dos direitos de cidadania. Com o apoio do senado e dos democráticos, apresenta os seus projectos-lei sobre o trigo, a questão agrária e a judicial, postergando a questão dos direitos de cidadania dos aliados para melhor oportunidade. As leis são aprovadas apesar da viva oposição da ordem equestre, encabeçada pelo cônsul Lúcio Márcio Filipo (o cônsul foi espancado e expulso da assembleia). As leis devem ter sido aprovadas por separado, como era então habitual, mas Druso será acusado de infracção à lex Caecilia Didia do ano de 98, que proibia reunir numa única lei diferentes matérias. Com este pretexto formal, o senado anulará as leis no Outono de 91. As relações entre Druso e os itálicos também foram aproveitadas pelos seus inimigos, que o acusaram de traição. Circulavam então rumores sobre uma iminente rebelião em Itália. Druso não se valeu do seu direito de intercessão, tendo-se submetido à decisão do senado de anulação das leis. Pouco tempo depois será assassinado à punhalada por um desconhecido à porta de sua casa.

A GUERRA SOCIAL. Na luta pelos plenos direitos de cidadania, haviam-se constituído entre a população itálica ligas secretas. Após a morte de Druso, perdida a esperança na luta legal, essas ligas converteram-se em organismos militares, preparando a revolta. Nos finais de 91, havendo sido informado de que os habitantes de Ásculo (Asculum; actual Ascoli Piceno) trocavam reféns com as cidades vizinhas, o pretor Caio Servílio, ao mando de um pequeno contingente, ocupa a cidade. Reunindo os habitantes no teatro, interpela-os com um discurso provocador, repleto de ameaças, o que produziu o efeito de uma chispa num barril de pólvora. O pretor e o seu legado são mortos no próprio teatro. Todos os romanos que se encontravam na cidade são massacrados e os seus bens, saqueados. Aos asculanos juntam-se as tribos montanhosas dos marsos, pelignos, vestinos (Vestini) e outras. Os marsos, capitaneados por Quinto Pompéio Silão, assumem a direcção da revolta. O picentino Caio Judacílio foi o outro chefe deste grupo setentrional da rebelião. Da federação meridional faziam parte os samnitas, os lucanos e outras tribos do sul. Entre os seus chefes estavam Caio Pápio Mutilo e Pôncio Telesino. Numa última tentativa de resolução pacífica do conflito, uma delegação irá a Roma. Os revoltosos prometiam depor as armas se lhes fossem outorgados os direitos de cidadania. O senado rejeitou a proposta. A iniciativa do tribuno da plebe Quinto Vário é criada uma comissão penal para os casos de traição, incumbindo-lhe o inquérito à suposta conjura de Druso. A Úmbria e a Etrúria manter-se-ão fiéis a Roma. Também a maioria das colónias latinas não adere à rebelião. Na Campânia e no sul, os romanos apenas contarão com as cidades gregas: Nola, Nápoles, Régio, Tarento, etc. As tropas dos revoltosos ascendiam a cerca de 100.000 homens. Os romanos dispunham de forças equivalentes (sem contar com as guarnições das fortalezas). Corfinio (Corfinium), na região

dos pelignos, é proclamada capital de toda a federação itálica (foi chamada “Itálica”). A cidade era a sede do governo, constituído por um senado de 500 membros e pelos magistrados, dois cônsules e doze pretores. Ao que parece, terá também existido uma assembleia popular, mas desconhecemos-lhe a composição. Não sabemos se a formavam representantes permanentes das diversas comunidades da federação ou se dela podiam participar todos os cidadãos da federação (na medida em que lhes fosse possível deslocarem-se a Corfinio). Idêntica questão se coloca a respeito do senado. No primeiro caso, a federação itálica aplicaria já o princípio do governo representativo. No segundo (e mais provável), seguia o velho modelo da federação de cidades-estado. Foi emitida moeda semelhante à romana, mas com a legenda “Itálica”. Numa dessas moedas estava gravado um touro, o símbolo das tribos sabélio-samnitas, em atitude de desferir uma cornada na loba romana. Os contingentes das diversas comunidades rebeldes foram comandados no norte por Pompédio Silão, no sul por Mutilo. Roma dispunha de uma organização estatal centralizada e experiente. A federação itálica, pelo contrário, era jovem e descentralizada. As operações militares dos rebeldes assumiram com frequência o carácter de guerrilhas, enquanto que os romanos actuavam com grandes massas de tropas. A rebelião não dominava um território contínuo: as regiões que dominava estavam pontilhadas por numerosas colónias romanas e latinas, pontos de apoio para o inimigo, obrigando os itálicos a dispersar forças numa série de assédios. As tribos sabélio-samnitas foram as mais decididas, as que lutaram com mais vigor e por mais tempo. Ao invés, os estratos ricos e aristocráticos dos territórios rebeldes pendiam para o partido de Roma. Havendo-se iniciado no Inverno de 91/90, as acções militares desenvolveram-se em grande escala na Primavera e Verão de 90. Os itálicos começam por atacar as fortalezas romanas no interior dos seus territórios, logo se seguindo a guerra em campo aberto. O exército romano do sul, ao mando de Lúcio Júlio César (Sila era um dos legados), operava na Campânia e no Sâmnio. Os samnitas derrotam-no logo ao primeiro choque, infligindo-lhe grandes perdas. A importante cidade de Venafrum, no limite entre o Lácio e o Sâmnio, passa às mãos dos rebeldes, o que lhes facilitou o assédio da colónia-fortaleza de Esérnia (Aesernia), no Sâmnio setentrional. A fortaleza capitulará ao fim de alguns meses, rendida pela fome. Após a derrota do exército de L. J. César, os samnitas de Mutilo haviam invadido a Campânia. Nola, Salernum, Pompeii, Herculaneum e uma série de outras cidades aderem aos itálicos. Contemporaneamente, no norte, operava o outro cônsul romano, Públio Rutílio Lupo. Entre os seus legados estavam Mário, regressado do Oriente, e Gneu Pompeio Estrabão (o pai de Gneu Pompeio). Em Junho de 90 os marsos atacam-no de surpresa, ao cruzar o rio Tolenum, no antigo território dos équos. Os romanos perdem 8.000 homens, entre os quais o próprio cônsul. Mário substituiu-o no mando. Estrabão actuava no Piceno. Derrotado, é obrigado a refugiar-se na cidade de Firmo (Firmum; actual Fermo). Judacílio, com uma parte das tropas do exército do norte, invade então a Apúlia. Venusia, Canúcio (Canusium; actual Canossa) e várias outras cidades importantes são levadas a apoiar os rebeldes. Entretanto, no Piceno, forças romanas libertam Estrabão. Os rebeldes são por sua vez bloqueados em Ásculo. Os fracassos dos romanos nos primeiros meses de guerra também provocaram a secessão de algumas comunidades úmbricas e etruscas, e a indecisão quanto ao partido a tomar em muitas outras. Com a ameaça a avolumar-se, o governo romano decide fazer concessões. Nos finais de 90, o cônsul L. J. César faz aprovar uma lei (lex Julia) a outorgar o direito de cidadania às comunidades aliadas que ainda não houvessem aderido à revolta. Uma segunda lei, aprovada provavelmente nos inícios de 89, semeará a discórdia entre os rebeldes. Proposta pelos tribunos da plebe Marco Pláucio Silvano e Caio Papírio Carbão, a lex Plautia Papiria outorgava os direitos de cidadania romana a todos os cidadãos das comunidades aliadas que a requeressem, no prazo de dois meses, perante um pretor romano. Os novos cidadãos só podiam inscrever-se em oito das trinta e cinco tribos (isto na versão de Patérculo; segundo Apiano, os novos cidadãos terão sido divididos por dez tribos, que se acrescentaram às trinta e cinco já existentes). Para a Gália Cisalpina, o cônsul de 89, Pompeio Estrabão, promoveu uma lei especial (lex Pompeia). As colónias latinas da Gália Cispadana passavam a gozar dos plenos direitos de cidadania romana. Às comunidades transpadanas e às tribos gaulesas desta região eram outorgados os direitos de colónias latinas. O segundo ano de guerra (89) foi catastrófico para os itálicos. A Etrúria e a Úmbria são rapidamente pacificadas. Estrabão aniquilou um contingente de 15.000 marsos que acudia em auxílio dos rebeldes etruscos. Judacílio, com um exército de picentinos, acorre a Ásculo, sitiada pelos romanos desde 90. Trava-se uma encarniçada batalha junto às muralhas da cidade. Os romanos saem vitoriosos, mas Judacílio e parte das suas forças conseguem entrar na cidade. O cerco continuou por mais alguns meses. Quando a situação se tornou insustentável, Judacílio mandou executar os partidários de Roma, envenenando-se em seguida. A cidade rende-se. Todos os chefes rebeldes e notáveis da urbe são executados. A restante população é condenada ao exílio. Após a queda de Ásculo, são submetidos os marrucinos (Marrucini) e os marsos. Seguir-se-ão, logo depois, os vestinos e os pelignos. Perdida Corfinio (Itálica), os rebeldes transferem a sua capital a Esérnia. As tropas romanas entram na Apúlia. Uma divisão samnita dá-lhes combate, averbando alguns sucessos, mas acaba por ser derrotada. O poder romano na Apúlia é completamente restaurado. No sul Sila substituíra César no comando. O seu exército havia invadido a Campânia meridional, obrigando a renderem-se as cidades de Pompeia e Herculano. Ataca de seguida no Sâmnio e obtém a rendição de Boviano, a cidade principal dos samnitas. Nos começos de 88 a revolta restringia-se a Nola, na Campânia, e a algumas regiões do Sâmnio, Lucânia e Brútio. A rebelião será dominada ainda nesse ano. Apenas alguns focos dispersos continuarão a resistir até ao ano de 82. Sila, eleito cônsul para 88, já havia iniciado o cerco a Nola. Os acontecimentos ulteriores não lhe permitirão concluí-lo. Com a guerra social e o início da guerra na Ásia (contra Mitridates VI Eupator) uma nova crise económica eclodira (em 88, o governo chegará a cunhar denários de prata com apenas a oitava parte do seu peso legal). Ela gerará por sua vez a crise política. Já em 89 se dera um episódio premonitório. O pretor urbano Aulo Semprônio Aselião, a rogo dos devedores, havia concedido uma dilação dos prazos de pagamento das dívidas e reposto em aplicação as antigas leis contra a agiotagem, há muito caídas em desuso. Um grupo de credores exasperados ataca Aselião no fórum, quando ele cumpria os seus sacrifícios rituais, matando-o...

MITRIDATES. Mitridates reinou de (aproximadamente) 120 a 63. Era de ascendência grega e persa. Segundo a tradição, aos onze anos de idade, à morte do pai, fuge para as montanhas, temeroso dos tutores e da regente. Ali terá

permanecido durante sete anos, acompanhado de um punhado de servidores fiéis. Aos dezoito anos de idade recupera o trono (mandando assassinar a regente na prisão). De estatura gigantesca, era famoso pelo extraordinário vigor e formidável apetite, e um ótimo ginete e arqueiro. Conhecia as vinte e duas línguas e dialectos do seu heterogêneo reino. Admirava a arte grega e gostava de se rodear de pintores, historiadores, poetas, filósofos. Mas era também desconfiado e cruel, dissimulado e hipócrita. Mitridates havia anexado o Bósforo, a Cólquida (Colchis; actual Geórgia ocidental) e a Pequena Arménia. Intervinha nos assuntos internos da Cappadocia, que reduzira a reino tributário. Para se garantir frente aos persas, dera uma filha como esposa ao rei da Grande Arménia, Tigranes, com quem concertara aliança. As suas querelas com Roma começam já no primeiro decénio do século, por causa da Paflagónia, da Capadócia e da Taurídia. No início da Primavera de 88, depois de haver-se assegurado o apoio de Tigranes, de ter entrado em contacto com os círculos anti-romanos na península balcânica e de celebrar um acordo com os piratas do Mediterrâneo oriental, Mitridates invade com um grande exército a Ásia romana. A população saúda-o como “deus salvador”, como o “novo Dionísio”. As pequenas guarnições romanas não lhe puderam opor resistência e as tropas dos reis aliados de Roma, como Nicomedes da Bitínia, fugiram sem travar combate. Algumas cidades da Ásia Menor entregaram a Mitridates os comandantes romanos locais. Mânio Aquílio, o “pacificador” da Sicília, morreu na tortura. Por ordem de Mitridates, num só dia, foram assassinados milhares de romanos e de itálicos na província da Ásia. Homens, mulheres e crianças. Os escravos são libertados, promulga-se a moratória para as dívidas vencidas e o perdão de 50% de todas as dívidas. Os territórios conquistados ficam isentos por cinco anos do pagamento de impostos. Pérgamo torna-se a capital de Mitridates. A Capadócia, a Frígia e a Bitínia são transformadas em satrapias do reino do Ponto. A frota do Pontus domina no Mar Egeu. Delos é tomada e os seus muitos residentes itálicos são massacrados. No Egeu, só Rodes e a região do sudoeste da Ásia Menor conseguiram resistir. Na península balcânica, um exército ao mando de um dos filhos de Mitridates invade a Macedónia, enquanto em Atenas estala um levantamento democrático, dirigido por um liberto, o epicurista Aristião. Atenas proclama a secessão de Roma (com os ricos a abandonarem a cidade) e no Pireu desembarca um dos melhores comandantes de Mithridates, o grego Arquelau. A maioria dos pequenos Estados gregos seguirá o exemplo ateniense.

PÚBLIO SULPÍCIO RUFO. MÁRIO E SILA. Sila foi designado para a condução da guerra contra Mitridates, por sorteio entre ele e Quinto Pompeio Rufo, o outro cônsul de 88. Com Sila ainda em Roma, o tribuno da plebe Públio Sulpício Rufo, um aristocrata de tendência reformista (e excelente orador), apresenta à assembleia popular quatro rogationes: os novos cidadãos itálicos seriam inscritos em todas as tribos e o mesmo direito seria concedido aos libertos; os senadores com dívidas superiores a 2.000 denários seriam privados do título; todos os cidadãos condenados ao exílio pelas comissões judiciais seriam autorizados a regressar à pátria; era retirado a Sila o mando na guerra contra Mitridates, substituindo-o Mário. Um tal programa reunia todos os descontentes, num confronto aberto com o senado. A pretexto da celebração de festejos religiosos extraordinários, os cônsules declaram a suspensão de todas as actividades (justitium), de modo a impedirem a realização dos comícios. Sulpício fazia-se sempre acompanhar por 600 jovens equites (apodados de “o anti senado”). Com estes e mais 3.000 sequazes armados de punhais, exige dos cônsules a anulação do “feriado”, o que é recusado. Começam então as desordens, durante as quais é assassinado um filho do cônsul Pompeio Rufo. O governo cede, o justitium é levantado e os comícios aprovam as leis de Sulpício. Entretanto Sila juntara-se às suas tropas na Campânia (cerco de Nola). Quando ali chegam dois tribunos militares para receberem (em nome de Mário) a transferência do mando, Sila faz uma arenga aos soldados. Pinta-lhes Roma num quadro de desordem e de usurpação dos poderes e diz-lhes que Mário, na próxima campanha do Oriente, lhes iria preterir os seus veteranos. De modo algum dispostos a ceder a outros o rico despojo que a campanha oriental prometia, os soldados matam os tribunos à pedrada e reclamam de Sila que os guie a Roma. Perante o motim, à excepção de um questor, todos os oficiais superiores se põem em fuga. À frente de 6 legiões (cerca de 30.000 homens), Sila marcha sobre Roma. Pela primeira vez na história, tropas romanas são dirigidas contra a sua própria cidade. A população recebe-os com pedras e tijolos arrojados do cimo dos telhados. Mário e Sulpício ainda tentarão organizar a resistência na cidade, mas em vão. Já em fuga, Sulpício Rufo é capturado e morto. A sua cabeça é levada a Sila e, a ordem deste, exposta no forum. Mário (então septuagenário) conseguiu escapar. Após várias peripécias chega a África, onde encontra refúgio. Outros fugitivos ali virão juntar-se-lhe. Antes de partir para o Oriente, Sila procura “estabilizar” o seu poder. As leis de Sulpício Rufo são abolidas. O senado é completado com novos membros escolhidos entre os partidários de Sila. As rogationes voltam a carecer de aprovação preventiva do senado. (Kovaliov diz que também teria sido abolida a reforma de 241 dos comitia centuriata e restabelecido o sistema eleitoral de “Sérvio Túlio”. Mas uma tal medida seria praticamente impossível de tomar a nível político. O que se verificou foi a “desautorização” dos comícios por tribos, que haviam aprovado as leis de Sulpício, passando a votação das leis a fazer em comitia centuriata, mas com a manutenção da repartição das centúrias pelas classes da reforma de 241.)

Sila tentou ainda, sem êxito, fazer eleger ambos os cônsules para 87 entre os seus partidários. Os optimates elegeram Gneu Octávio, mas o outro cônsul, Lúcio Cornélio Cina, era um declarado democrático. Diz Plutarco (“Sila”, X) que Sila não teve outro remédio senão mostrar “boa cara” e declarar a sua satisfação perante o facto de o povo, graças a ele, poder gozar de novo da antiga liberdade. Na Primavera de 87 Sila zarpa para a península balcânica. **A GUERRA DE SILA CONTRA MITRIDATES.** Quando os romanos desembarcam no Epiro, quase toda a Ásia Menor, a Grécia, parte considerável da Macedónia e o Mar Egeu estavam sob o domínio de Mitridates. Sila disporia de um máximo de 30.000 homens, não tinha frota nem dinheiro. É proposta a paz a Mitridates, com o retorno ao status quo ante bellum, o que foi recusado. Sila passa então à ofensiva e aniquila na Beócia as tropas de Arquelau e de Aristião. Submete depois quase toda a Grécia. O Pireu e Atenas, onde Arquelau e Aristião se haviam refugiado, são sitiados. Quanto à falta de dinheiro para as despesas da guerra, Sila resolvera o assunto mandando saquear os velhos santuários da Grécia. O cerco prolongou-se por todo o Inverno de 87/86, com as guarnições a receberem por mar reforços e provisões. Durante o assédio, os romanos destroem os históricos bosques da Academia e

do Liceu, fazendo das árvores dos platónicos e dos peripatéticos madeirame para as máquinas de assalto e as obras de sítio. O bloqueio do Pireu e de Atenas foi-se estreitando. A 1 de Março de 86, quando já faltavam os víveres em Atenas, os romanos lançam o assalto final. A cidade foi submetida a uma espantosa pilhagem. A mesma sorte coube ao Pireu, que Arquelau havia abandonado. Os chefes da revolta são executados. Com receio que Mitridates pudesse retomar o porto, Sila mandou arrasá-lo. Atenas foi entregue aos emigrados pró romanos, permanecendo como cidade livre. Os seus domínios ser-lhe-ão restituídos, entre eles a ilha de Delos. Mitridates faz deslocar para a Macedónia forças numerosas, que avançam até às Thermopylae. Em Março de 86, Sila, em desvantagem numérica, derrota as heterogéneas forças de Arquelau em Queroneia (Chaeronea), na Beócia. Os restos do exército do Ponto refugiam-se na Eubeia. Em Roma, Sila havia sido destituído, sendo nomeado para o comando do exército do Oriente o cônsul de 86, o democrático Lúcio Valério Flaco. Com duas legiões, Flaco já então desembarcara no Epiro. Os dois exércitos romanos vão encontrar-se na Tessália, permanecendo inactivos um em face do outro. As forças de Flaco, além de débeis em número, eram pouco seguras, com muitos soldados a passarem-se para o exército de Sila. Assim, o cônsul democrático acabou por retirar para norte. Para atacar Mitridates na Ásia Menor, o exército de Flaco atravessará a Macedónia e a Trácia. No Outono de 86, Mitridates de novo concentra forças poderosas, agora na Eubeia. As tropas do Ponto marcham para a Grécia central. Em Orcómeno (Orchomenos), na Beócia, dá-se a segunda grande batalha. A infantaria romana, sobre a pressão da cavalaria inimiga, começou a recuar. Segundo Plutarco, o próprio Sila teve de intervir nas primeiras linhas, tratando de impedir a debandada. Os romanos cerraram fileiras e voltam ao combate, alcançando a vitória. Enquanto o exército de Sila invernava na Tessália (86/85), Valério Flaco ocupara Byzantium e havia passado à Ásia Menor. As camadas abastadas da população, desde o início descontentes com a política de Mitridates, aproveitam a oportunidade. Algumas cidades proclamam a secessão. O rei do Ponto retalia com uma repressão impiedosa. Entretanto, no exército de Flaco, os soldados entregavam-se à pilhagem. O seu legado, Caio Flávio Fímbria, tudo fazia para o desautorizar, excitando os soldados contra o cônsul. Com a autoridade do seu comandante completamente minada, o exército acaba por se sublevar, matando Flaco. Fímbria assume o mando. Ao contrário de Flaco, Fímbria era capaz e enérgico. Derrota o exército de Mitridates na Propôntida (Propontis; o mar de Mármara), obrigando-o a evacuar o Pérgamo. No Egeu faz aparição a frota de Sila, que o seu questor L. Licínio Lúculo organizara.

Mitridates trata de entabular negociações de paz simultâneas com Sila e Fímbria. Depois, mudando de aviso, decide-se a prosseguir-las apenas com Sila. Querendo regressar rapidamente a Itália, o romano impõe condições brandas: restituição de todos os territórios conquistados na Ásia Menor; pagamento de 3.000 talentos (segundo outras fontes, 2.000) a título de compensações de guerra; entrega de 80 navios e outras condições de menor importância. Mitridates começa por recusar, porém, quando Sila ameaça invadir-lhe as possessões, dá de imediato o seu acordo. Em Agosto de 85, em Dardanum, no Helesponto, Sila e Mitridates encontram-se e concluem a paz. Fímbria, entretanto em Pérgamo, via o seu exército ser assolado pela desordem e as deserções. Quando Sila se aproxima, os soldados passam-se em massa para as suas fileiras. Fímbria, lançando-se sobre a espada, suicida-se. Na Ásia Menor, os partidários de Mitridates que caem nas mãos dos romanos são executados. Todas as medidas que o rei do Ponto havia tomado são abolidas. A província teve de pagar todos os impostos que não haviam sido cobrados durante os anos da guerra e, além disso, um colossal tributo de 20.000 talentos. As comunidades e Estados que haviam permanecido fiéis aos romanos, Rodes, Lícia, Magnésia e outros, foram generosamente recompensadas por Sila. Em 84 Sila dirige-se da Ásia Menor para a Grécia, onde passa o Inverno. Na Primavera de 83, com um exército de 40.000 homens, carregado de saque, desembarca em Brundisium.

A REVOLTA DE MÁRIO DE 87. A DITADURA DE CINA. Quatro anos antes, na primavera de 87, mal Sila havia deixado a Itália, começara a luta política entre os cônsules Cíno e Octávio. Cíno, apoiado pela maioria dos tribunos da plebe, apresenta projectos-lei para a plena igualdade dos cidadãos, permitindo aos novos cidadãos e aos libertos o censoamento em todas as tribos, e de amnistia aos que haviam sido declarados fora-da-lei durante o conflito com Sila. No dia da votação, dá-se o confronto armado entre os partidários de Cíno e os de Sila. No fórum e nas ruas próximas terão caído por terra cerca de 10.000 homens. Cíno terá apelado ao auxílio dos escravos, mas são os partidários de Octávio a obter a completa vitória. O senado destitui Cíno do cargo de cônsul e declara fora-da-lei os chefes da revolta. Cíno junta-se ao exército que sitiava Nola, composto em grande parte por novos cidadãos. Os chefes democráticos, Quinto Sertório (que se passara para o partido de Mário por inimizade pessoal com Sila), o tribuno da plebe Gneu Papírio Carbão e outros, espalham-se pela Itália, chamando o povo à revolta e recrutando tropas. Mário desembarca na Etrúria com um grupo de emigrados. Rapidamente se lhe reúnem cerca de 6.000 homens. Ítalos e escravos fugitivos, sobretudo. Vindas de diversas direcções, as tropas democráticas abeiraram-se de Roma. Mário ocupa Óstia e interrompe o abastecimento de víveres a Roma. Em Junho de 87 o senado é forçado a capitular. Começa então um período de terror. Durante cinco dias, em Roma, os adversários dos populares são sujeitos ao massacre e à pilhagem, que logo se estendem a toda a Itália. Mário e as suas tropas foram os mais assanhados. Entre os assassinados estão o cônsul Gneu Octávio, o ex cônsul Lúcio Júlio César, Quinto Lutácio Catulo (o ex colega de Mário de 102) e muitas outras personagens importantes. Sila é declarado fora-da-lei e a sua constituição, abolida. Mário e Cíno são eleitos cônsules para 86, mas Caio adoece e morre em meados de Janeiro desse ano. Vétrio Flaco é eleito em sua substituição. Após a morte de Mário, cessam os assassinatos e as pilhagens. Sertório, a mando de Cíno, para restabelecer a ordem, teve de eliminar os partidários mais desenfreados de Mário. Durante cerca de três anos (de 87 a 85), Cíno dirigirá o Estado na qualidade de cônsul (sendo, de facto, um ditador), tomando algumas medidas de carácter democrático e de combate à crise económica. Ademais da abolição das disposições de Sila, todos os cidadãos passam a poder inscrever-se nas diferentes tribos. É promulgado um perdão parcial das dívidas (de três quartas partes). Promove-se uma reforma monetária. Aumentam as distribuições de pão. No entanto, em Roma, a situação de Cíno e dos seus partidários nunca chegou a ser sólida. Dado que os itálicos eram o seu principal sustentáculo, a população romana originária olhava com desconfiança ou hostilidade o regime dos democráticos. Eram muitos os que defendiam a reconciliação com Sila. Este, após a paz com Mitridates, havia enviado uma mensagem ao senado, informando do fim da guerra e do seu iminente

regresso a Itália. E prometia respeitar os direitos que entretanto houvessem sido concedidos aos cidadãos. Este passo “diplomático” de Sila reforçou no senado o partido moderado, favorável a um acordo. São iniciadas conversações entre os senadores e Sila. Os cônsules Cina e Carbão, procurando fazer fracassar as negociações, no Inverno de 85/84 começam a concentrar tropas no Adriático para uma expedição contra Sila. Nos começos de 84, descontentes por os quererem obrigar a uma campanha invernal, os soldados sublevam-se e assassinam Cina em Ancona. Carbão, agora único cônsul, decide postergar a expedição. Para 83 vão ser eleitos dois homens absolutamente ineptos, Caio Norbano e Lúcio Cornélio Cipião. **A LUTA POR ITÁLIA.** Quando desembarca em Brundísio na Primavera de 83, Sila dispunha de 30.000 infantes e 6.000 ginetes. Os democráticos possuíam forças muito superiores. No período mais aceso da guerra, quando os samnitas intervêm, contavam com cerca de 200.000 homens. Mas o exército de Sila passara pela têmpera da guerra no Oriente, estava bem disciplinado e era fiel ao seu chefe. A Sila também não faltava dinheiro. Já as tropas dos democráticos eram heterogêneas, pouco disciplinadas e com maus chefes. Os seus abastecimentos foram deficientes durante toda a guerra. Acresce que entre os contingentes romanos e de itálicos reinava a desconfiança. Os civis romani estavam divididos, com parte deles a inclinar-se para Sila. Os democráticos não se haviam preparado para a chegada de Sila. Brundisium abriu-lhe as portas e na Apúlia não lhe foi oposta qualquer resistência. Muitos optimates e até alguns democráticos começaram a juntar-se-lhe. Quinto Metelo Pio, filho de Metelo Numídico. Marco Licínio Crasso, chegado de África com uma divisão armada. O ex cônsul Lúcio Márcio Filipo e outros. Só o jovem Gneu Pompeio (Pompeu, então com vinte e três anos de idade) reuniu à sua conta um exército inteiro no Piceno. Sila marcha sobre a Campânia, onde o esperavam os dois cônsules. Norbano é derrotado logo ao primeiro recontro. E Cipião vê as suas tropas bandearem-se com as do adversário. São eleitos cônsules para 82 Carbão e o jovem Caio Mário (o filho de Mário, com 20 anos de idade). Marchando Sila sobre Roma, Mário dá-lhe batalha no Lácio, perto de Sacriportus (já nos arrabaldes de Roma). O jovem e inexperiente comandante é completamente derrotado, com os restos do seu exército a refugiarem-se nas fortalezas vizinhas e Mário em Preneste. Roma, que já não era possível defender, é abandonada pelos democráticos, mas não sem antes executarem os partidários de Sila a que puderam deitar mão. Sila ocupa Roma, que não opõe qualquer resistência, e logo intervém na Itália do norte, onde Carbão combatia contra as forças de Metelo, Pompeu e Crasso. É então que entram em campo as forças dos samnitas e dos lucanos, insubmissos desde 88 (a “guerra social”). O seu grande exército de 70.000 homens, comandado por Pôncio Telesino e Marco Lampônio, faz a sua aparição no Lácio, em ajuda de Mário, sitiado em Preneste. Deixando uma parte das suas tropas na Etrúria, a defrontar Carbão, Sila regressa ao Lácio com as restantes e posiciona-se em frente a Preneste, bloqueando os samnitas. No norte Metelo e Pompeu obtêm êxitos decisivos. Carbão, desmoralizado, foge em segredo para África, com os restos das suas tropas a juntarem-se em Preneste aos samnitas. As forças de Metelo e Pompeu, agora libertas, acorrem em ajuda de Sila. O mesmo faz a parte do exército de Sila que se encontrava na Etrúria. Ao saberem da aproximação das suas vanguardas, acossados pelo desespero, os chefes samnitas decidem abandonar Preneste e tentar a conquista de Roma por surpresa. A marchas forçadas os samnitas chegam até à Porta Colina. Sila vinha-lhes no encalço. A batalha começou na tarde do dia 1 de Novembro de 82, prolongando-se durante toda a noite e pela manhã do dia seguinte. A ala esquerda, comandada por Sila, foi empurrada contra as muralhas da cidade. Mas Crasso, no flanco direito, destroça os seus adversários. A ala esquerda pôde assim restabelecer-se e passar também ao ataque. Os samnitas são aniquilados quase por completo. Alguns milhares caem prisioneiros, entre eles Pôncio Telesino, gravemente ferido. Por ordem de Sila conduziram-nos ao Campo Márcio, para aí serem massacrados. Sila havia convocado o senado para o templo de Bellona, que se situava próximo do local do massacre. Diz Plutarco (“Sila”, XXX) que «enquanto iniciava o seu discurso, os soldados que haviam sido encarregados dessa missão começaram a matar os 6.000 prisioneiros. Os gritos das vítimas, dada a curta distância, ouviam-se perfeitamente no templo. Os senadores aterrorizaram-se. Mas Sila não se alterou e continuou com o seu discurso, limitando-se a convidar os senadores, com fria impassibilidade, a pôr muita atenção no seu discurso e a não se preocuparem com o que sucedia lá fora, onde, por ordem sua, meramente se dava uma lição a um bando de miseráveis». Alguns dias depois capitula Preneste. Mário havia-se suicidado. Quase toda a população da cidade foi exterminada. Outras cidades resistiram algum tempo mais, acabando por renderem-se ou a serem tomadas pela força. Por todo o lado se sucederam as matanças em massa. O Sâmnio foi a região que mais sofreu, havendo Sila lançado sobre o território uma expedição punitiva. Esérnia foi tomada e arrasada. Ao mesmo tempo Lúcio Filipo “pacificava” a Sardenha. À Sicília foi enviado Pompeu, com os restos dos partidários de Mário a abandonarem a ilha sem travar combate. Carbão, ali refugiado, foi capturado quando tentava escapar e supliciado em Lilibeu. Logo Pompeu submeterá também a África, gastando nisso apenas quarenta dias. Por estas vitórias fáceis Sila atribuiu a Pompeu o sobrenome de “grande”, o que na boca do astuto ditador soava um tanto ironicamente. Sila assumiu o agnomen de felix. No decurso da guerra civil Quinto Sertório fora para a Hispania, na qualidade de pretor. Ali se refugiam muitos democráticos. À chegada dos lugar-tenentes do ditador, Sertório e os refugiados fogem para a Mauritânia. As Espanhas (a citerior e a ulterior) submetem-se a Sila. **A DITADURA DE SILA.** À orgia de sangue dos primeiros tempos seguiu-se o terror nos anos de 82 e 81. Sila introduz as chamadas “proscrições” ou listas de proscrições” (proscriptiones ou tabulae proscriptionis), com os nomes dos que haviam sido declarados fora-da-lei e havia que matar. Apiano (“As guerras civis”, I, 95-96): «De imediato Sila condenou à morte...40 senadores e cerca de 1.600 dos chamados “cavaleiros”. Parece ter sido o primeiro a estabelecer listas de pessoas condenadas à morte, fixando recompensas para quem os matasse ou capturasse e castigos para quem, ao invés, lhes desse refúgio. Pouco tempo depois, acrescentou mais nomes aos dos senadores proscritos. Todos eram imediatamente mortos no local e no momento em que se os encontrava. Em casa, numa esquina da rua, no templo. Alguns lançaram-se apavorados aos pés de Sila, mas também esses foram sem piedade mortos na sua presença ou arrastados até ao local de execução. O terror era tal que nenhum dos que presenciavam estas execuções ousava sequer respirar. Alguns foram exilados, a outros confiscaram-se-lhes os bens. Os

esbirros de Sila buscavam os fugitivos por todas a parte e matavam a quantos lhes dava na gana...Tudo servia para os acusar: a hospitalidade, a amizade, o dar ou receber dinheiro emprestado. Podia-se ser levado a juízo apenas por haver oferecido serviços (aos fugitivos) em viagem. Era sobretudo contra os ricos que se actuava. Quando as acusações contra as pessoas se esgotaram, Sila lançou-se sobre as cidades para as castigar...A muitas cidades foram enviadas colunas de soldados que haviam servido às suas ordens, no fito de criar em toda a Itália guarnições que lhe fossem fiéis. A terra pertencente a essas cidades e as casas que nelas havia foram distribuídas pelos novos colonos. Isto ganhou-os para a sua causa mesmo depois da sua morte. Como os novos colonos não podiam considerar a sua posição segura se o regime de Sila não era reforçado, lutaram pela sua causa também após a sua morte». Nem os mortos escaparam à repressão: o cadáver do ancião Mário foi exumado e arrojado ao Aniene. O sistema das proscricções permaneceu em vigência até ao dia 1 de Junho de 81. Terão morrido cerca de 5.000 proscritos. Sila e os que o rodeavam enriqueceram-se com os bens dos condenados, comprando-os a baixo preço. Foi então que Crasso, o liberto de Sila, Crisógono e outros iniciaram as suas fortunas. Entre os escravos dos proscritos, Sila libertou 10.000 dos mais jovens e fortes. Todos receberam o nome de Cornélio e vieram a formar a guarda pessoal de Sila, sob o seu mando directo. A 200.000 ex soldados que haviam servido às suas ordens foram concedidas terras na Itália. Sila edificou a sua ditadura observando formalmente a Constituição romana. Como os cônsules de 82 haviam morrido, o senado proclamou o interregnum. O interrex, o príncipe senatus Lúcio Valério Flaco (irmão gémeo do cônsul de 86), apresenta então nos comícios uma rogatio que proclamava Sila ditador por tempo indeterminado, “para a formulação de leis e a restauração da ordem no Estado” (dictator perpetuus legibus scribendis et rei publicae constituendae). Aterrorizada, a assembleia popular aprovou-a em Novembro de 82, convertendo-a na lex Valeria. Uma vez ditador, Sila nomeia Valério Flaco seu comandante da cavalaria. Não obstante toda esta “comédia” constitucional, a ditadura de Sila foi na essência e na forma bem distinta das que a precederam, quer pela sua ilimitada duração, quer nas funções que lhe foram atribuídas, pois que a sua autoridade se estendeu a todos os sectores da vida do Estado. Até então, os poderes do ditador sempre haviam estado circunscritos a um círculo bem definido de competências, que o senado se encarregava de precisar. Pela lex Valeria, Sila tinha a faculdade de decidir se governava sozinho ou se em colaboração com os magistrados ordinários (e também lhe foi concedida a absoluta imunidade). No entanto nunca fez uso daquela faculdade, mantendo-se a fachada exterior do regime republicano. Os magistrados continuaram a ser eleitos a cada ano, segundo o processo normal (Sila será mesmo eleito cônsul de 80). As leis eram aprovadas pela assembleia popular. Não houve qualquer nova tentativa de reforma dos comitia. Saída da guerra civil e apoiada sobre o exército profissional, a autoridade de Sila não necessitou de “mexidas” formais de maior na ordem republicana: magistrados e comícios cumpriam-lhe obedientemente os desejos. As velhas disposições contra os democráticos são repostas em vigor e ampliadas. Cessam as distribuições do trigo. O poder dos tribunos da plebe é reduzido a uma ficção: só podiam agir a nível legislativo e judicial depois de obterem a aprovação do senado; mantinham o direito de intercessão, mas as suas intervenções “inoportunas” são agora sujeitas a multa; além disso, quem houvesse ocupado o cargo de tribuno da plebe deixava de ter acesso aos cargos curules, ou seja, via ser-lhe interdita a carreira política. Cria-se uma rigorosa ordem de precedências no acesso às magistraturas: ninguém podia ser cônsul sem antes haver sido pretor; só podia ser pretor quem tivesse exercido o cargo de questor (o cargo de edil não foi incluído na escala de precedências; porém, manteve a sua importância de facto para o início de uma carreira política, dada a popularidade que granjeava a quem o ocupasse). Foi restabelecida a antiga norma do plebiscito de Genúcio de 342, proibindo-se a reeleição de um cônsul enquanto não houvessem decorrido dez anos sobre o primeiro exercício no cargo. O número de pretores foi elevado a oito, o dos questores a vinte, tratando de dar satisfação às crescentes exigências do aparelho administrativo estadual. Os ex questores convertiam-se automaticamente em membros do senado. Os senadores tornaram-se inamovíveis, o que eliminou uma das mais importantes funções dos censores: a revisão das listas do senado. As atribuições económicas dos censores são transferidas aos cônsules (com estas medidas, de facto, aboliu-se a censura). A lei judicial de Caio Graco é abolida, passando os tribunais de novo às mãos dos senadores. Os colégios penais permanentes são reforçados e o seu número aumenta. “Recupera-se” aparentemente a reforma de Druso, aumentando de 300 o número de senadores, com os novos membros a integrarem a ordem equestre. Porém quase todos eram “gente” de Sila: oficiais que haviam servido sob o seu mando, jovens filhos de senadores e aventureiros que haviam feito o seu caminho durante a guerra civil. Começou assim a formar-se uma nova nobreza, que se pretendia fiel ao imperador e que devia servir de sustentáculo ao regime. Deste modo, parecendo promover a restauração da República senatorial, Sila estava de facto a consolidar a sua própria ditadura. O ditador ocupou-se ainda da reforma da organização administrativa da Itália, que se configurou, no fundo, como o (definitivo) reconhecimento jurídico da situação gerada pela passada “guerra social”. Antes do mais, Sila manteve a promessa feita na sua mensagem ao senado: os novos cidadãos itálicos viram confirmados os seus plenos direitos, inclusive o de inscrição nas trinta e cinco tribos. Destruído que havia sido o partido democrático, uma tal medida já não representava qualquer perigo. Havendo, pois, uma cidadania itálica, Sila tratou de definir os limites administrativos da Itália propriamente dita, fixando-os, a norte, no pequeno rio Rubicão, que desemboca no Adriático a setentrião de Rimini. A região entre Rubicon e os Alpes formou a província da Gália Cisalpina e foi dividida em grandes territórios de sede urbana (os da região transpadana integravam as tribos gaulesas que ali viviam). A Itália a sul do Rubicão “repartiu-se” em pequenos territórios municipais autónomos. Muitas cidades itálicas – as que haviam sido entregues aos veteranos de Sila – são transformadas em colónias de cives romani. Em 80, sem renunciar à ditadura, Sila havia aceite ser eleito cônsul (Metelo foi o seu colega). Recusar-se-á a ser reeleito para 79. Quando Públio Servílio e Ápio Cláudio, os cônsules desse ano de 79, iniciam as suas funções, Sila convoca a assembleia popular, para ali anunciar que renunciava aos poderes ditatoriais. Licenciou os lictores e a sua guarda pessoal e declarou-se disposto a responder pelos seus actos, se algum dos presentes assim o reclamasse. Como ninguém o ousasse interpellar, Sila desceu da tribuna e retirou-se para a sua residência na companhia dos seus amigos mais

íntimos. Partirá logo de seguida para a sua propriedade na Campânia, onde se teria dedicado à pesca e a escrever as suas memórias, não mais se ocupando dos assuntos de Estado. Assim “rezam” algumas das fontes, mas, de facto, a sua influência continuará a fazer-se sentir até 78, quando falece devido a doença, aos 60 anos de idade. Nos seus funerais, no campo de Marte, o cadáver estava rodeado pelos machados dos lictores, pelas insígnias militares e por 2.000 coroas. Na marcha fúnebre participou todo o colégio dos pontífices e o senado em peso, bem como os seus veteranos, vindos de toda a Itália. A inesperada renúncia do onipotente ditador deu então que falar e é ainda hoje objecto de uma interminável discussão. Sila era já um ancião e é bem possível que sofresse de enfermidade grave e incurável (o que é destacado pelas fontes). Mas talvez não haja sido essa a razão decisiva. Com a sua aguda inteligência e a sua experiência política, terá compreendido que o regime por ele instaurado não se chegara a consolidar. Que eram muitos os que o odiavam e apenas esperavam o momento oportuno para se revoltar. Terá assim preferido abandonar o poder ainda no apogeu, pretendendo com a sua partida “arrefecer” os ânimos dos adversários. Independentemente do juízo que sobre ele façamos, o certo é que Sila foi quem lançou as bases do sistema estadual que logo César reforçará e estenderá, o sistema a que chamamos o “Império”. A ditadura permanente com manutenção da “fachada” republicana. A liquidação da democracia. O enfraquecimento do senado, aparentando consolidá-lo. O reforço do aparelho administrativo e judicial. A extensão dos direitos de cidadania A organização municipal da Itália. Todas estas políticas e instituições foram continuadas pelos seus sucessores, tornando-se parte orgânica da organização estadual de Roma.